



22/11/2017 às 05h00

Banco Mundial sugere cortar isenções a mais ricos

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Em estudo destinado a identificar alternativas para reduzir o gasto público do Brasil, divulgado ontem, o Banco Mundial (Bird) sugere várias medidas que atingirão diretamente a parcela mais rica da população.

O fim da dedução das despesas com saúde no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a extensão do financiamento estudantil para as universidades públicas, o que acabaria com o ensino universitário gratuito, e a tributação dos rendimentos previdenciários de aposentados e pensionistas de alta renda do serviço público são algumas das propostas encaminhadas pelo Bird ao governo.

Tesouradas

Bird aponta opções para equilibrar orçamento da União

Medida

- Aprovação da reforma previdenciária tal como proposta ao Congresso em maio deste ano
- Reduções na massa salarial do funcionalismo público
- Melhoras de eficiência em compras públicas
- Racionalização dos programas sociais e de apoio ao mercado de trabalho
- Redução nos créditos subsidiados e despesas tributárias de apoio a empresas
- Fim da dedução das despesas com saúde no Imposto de Renda Pessoa Física
- Reformas no financiamento do ensino superior

Total

O argumento utilizado pelo estudo como justificativa para acabar com o ensino universitário gratuito é que mais de 65% dos estudantes de universidades federais pertencem aos 40% mais ricos da população. Assim, de acordo com análise dos economistas do Banco Mundial, as

Brasil

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Previdência sustentável precisa ir além da reforma, diz Banco Mundial
21/11/2017 às 10h55

Banco Mundial aponta distorções no serviço público do Brasil
21/11/2017 às 11h24

Banco Mundial vê espaço para aumentar tributos de ricos no Brasil
21/11/2017 às 10h55

Dyogo: Estudo do Banco Mundial chega a conclusões não surpreendentes
21/11/2017 às 11h54

Ver todas as notícias



Fonte: Banco Mundial, no estudo "Um Ajuste Justo - propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público" despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira.

O estudo lembra que a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser pagos com os salários futuros dos estudantes. O fim do ensino universitário gratuito poderia ser combinado, diz o estudo, ao fornecimento de bolsas de estudo gratuitas a estudantes dos 40% mais pobres da população.

Na defesa do fim da dedução das despesas com saúde do IRPF, o estudo afirma que os gastos tributários no Brasil "são grandes e altamente regressivos". A medida, segundo projeção do Banco Mundial, poderia permitir ganho de receita equivalente a 0,3% do PIB.

Para o Bird, os déficits dos regimes próprios dos servidores e a "iniquidade" do sistema previdenciário poderiam ser solucionados por meio da remoção de privilégios concedidos aos servidores públicos contratados antes de 2003, que contam com generosas regras de aposentadoria e pensão. Para isso, o estudo propõe a tributação dos rendimentos previdenciários dos atuais servidores aposentados e pensionistas de alta renda.

Embora não tenha sugerido medidas tributárias, o estudo do Banco Mundial esclarece que o aumento de impostos sobre os mais ricos e a diminuição da tributação indireta, que sobrecarregam os mais pobres, "deveriam fazer parte da estratégia de ajuste fiscal".

As críticas mais severas do estudo foram direcionadas às distorções existentes no serviço público brasileiro. Além das generosas aposentadorias e pensões que os servidores recebem, o estudo destaca o fato de os salários do funcionalismo serem muito superiores aos da iniciativa privada.

Segundo o estudo, o nível dos salários dos servidores federais é, em média, 67% superior aos do setor privado, mesmo após levar em consideração o nível de educação e outras características dos trabalhadores, como idade e experiência. Essa diferença é a mais alta, em uma comparação feita pelo Bird com 53 países.

Videos



O estudo diz que a redução pela metade do prêmio salarial dos servidores em relação ao setor privado geraria uma economia equivalente a 0,9% do PIB. No curto prazo, o banco sugere a suspensão de reajustes nas remunerações do funcionalismo.

O estudo, que foi pedido pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, em 2015, sugere a eliminação ou reformulação dos programas de subsídios e incentivos concedidos às empresas, o que daria uma economia de 2% do PIB ao longo da próxima década. O Bird afirma que não há evidências de que os programas tenham sido eficazes e eficientes no objetivo de impulsionar a produtividade e geração de empregos.

O estudo diz que "seria benéfico reformar o Simples para torná-lo menos custoso e mais eficaz no que diz respeito ao estímulo à formalização, ao rápido crescimento das empresas mais produtivas e ao aumento da geração de empregos". O Bird afirma que o programa Inovar-Auto "não parece ser eficaz e viola princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC)". Por isso, propõe que seja extinto. Sugere também reformular a Zona Franca de Manaus.

Compartilhar 0

Tweet

Share

1



Saiba quando vale a pena investir em COEs de juros
16/11/2017



Indicadores Brasil

Variação em %

Indicador	nov	out	set	12 m*
IPCA		0,42	0,16	2,70
IGP-M		0,20	0,47	-1,41
IGP-10	0,24	0,49	0,39	-1,11
Prod. Industrial**			0,2	0,4
IBC-BR**			0,40	-0,42

[Veja as tabelas completas no ValorData](#)

Fontes: IBGE, FGV e BC. Elaboração Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado ** Dessazonalizado



Edição Impressa

22-11-2017



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.



Newsletter

O melhor conteúdo em economia, negócios e finanças gratuitamente direto em seu e-mail.

Receba Gratuitamente

Revistas

Inovação



Estratégia em rede
